

NOTA PÚBLICA

Governo e Congresso aprovam reposição salarial para policiais, enquanto outros 1,1 milhão de servidores civis não têm previsão de reajuste

Inflação corrói a remuneração de todos, é inaceitável que a defesa dos salários não se estenda à carreira de Finanças e Controle e ao conjunto do funcionalismo civil

O UNACON Sindical, entidade representativa dos servidores da carreira de Finanças e Controle da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e da Controladoria-Geral da União (CGU), manifesta indignação em relação à política remuneratória do Governo Federal expressa na aprovação, ontem, do Projeto de Lei Orçamentária de 2022, com previsão de recomposição salarial apenas para militares (garantida desde 2019) e, agora, para servidores civis da segurança pública.

Não se trata de condenar por si mesma a reestruturação remuneratória de carreiras militares e policiais, mas é um descalabro que os demais servidores sejam preteridos. A alta da inflação corrói o poder de compra de todos os servidores. No caso da carreira de Finanças e Controle, a última reposição ocorreu em 2019; até o fim de 2022 o IPCA acumulará 25% de alta e o IGP-M 65%.

Além da defasagem salarial, as diárias do Governo Federal não são atualizadas desde julho de 2009, contra uma inflação superior a 100% no período, o que significa que atualmente os servidores da STN, da CGU e demais órgãos do Executivo pagam para trabalhar quando viajam a serviço. As tabelas do auxílio saúde e alimentação também não são corrigidas desde 2016 acumulando defasagem superior a 30%.

O repúdio à política salarial aumenta porquanto sabemos que o arrocho não se trata de escolha técnica, mas arbitrária, injustificável. Não é por descontrolado da folha, ou falta de dinheiro nem de orçamento que não se defende a renda da ampla maioria dos servidores civis: hoje o gasto real com pessoal é menor do que em 2014; o caixa do governo possui mais de R\$ 1,5 trilhão; a regra do teto de gastos acabou de ser alterada de modo a acomodar mais de R\$ 100 bilhões

de despesas no ano que vem; a receita tributária voltou a crescer após o tobo de 2020 na pandemia; o Projeto Orçamentário aprovado ontem destinou mais R\$ 16,5 bilhões para o orçamento secreto, além de ampliar o Fundo Eleitoral.

Nos últimos meses, mesmo sem mesa de negociação do governo, o Unacon Sindical pleiteou reposição remuneratória junto à Secretaria Especial do Tesouro e Orçamento, à Secretaria do Tesouro Nacional e à Controladoria-Geral da União. Em que pese o diálogo (restrito), até agora prevalece a lamentável posição do Ministro da Economia, Paulo Guedes, o mesmo da “granada” no bolso dos servidores e dos “parasitas”, que não satisfeito qualificou como “desonra” as justas demandas remuneratórias dos servidores civis não policiais.

Contra estas agressões e contra a política de aviltamento salarial, o Unacon Sindical exige tratamento isonômico ao funcionalismo federal, no momento em que conclama a carreira de Finanças e Controle e demais servidores à mobilização.

Brasília, 22 de dezembro de 2021

Diretoria Executiva Nacional do Unacon Sindical